

HABEAS CORPUS Nº 548.366 - SP (2019/0355710-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JULIO CESAR CAGLIUME
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLYNTON PEREIRA DE MORAES SCHUMEKEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELLYNTON PEREIRA DE MORAES SCHUMEKEL apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 1501159-04.2019.8.26.0594).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 18/9/2019, pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foram apreendidos na posse do paciente e outro acusado, **328,2g (trezentos e vinte e oito gramas e dois decigramas) de crack**, sem autorização e em desacordo com determinação legal.

Houve a conversão da prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fls. 38/41).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal *a quo* objetivando a soltura do paciente, o pedido liminar foi indeferido pelo Desembargador relator (e-STJ fls. 44/46).

Na presente impetração, a defesa pugna, primeiramente, pelo afastamento do enunciado 691 da Súmula do STF.

Sustenta que a quantidade de entorpecente apreendida por si só não caracteriza elemento concreto para pautar a manutenção da prisão preventiva.

Acrescenta que "a gravidade abstrata do delito de tráfico de entorpecentes não constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar" (e-STJ fl. 10).

Reverbera que o "o paciente vem sofrendo medida desnecessária e

arbitraria, vez que possui o direito previsto em lei federal firmado pela jurisprudência com relação a concessão de liberdade provisória a ser imposta com as cautelas do art. 319 do CPP" (e-STJ fl. 13).

Pede, liminarmente e no mérito, a suspensão cautelar da prisão preventiva. Pugna pela aplicação do art. 319 do Código de Processo Civil.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na

Superior Tribunal de Justiça

decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator